

AS EXPERIÊNCIAS DE REGIONALIZAÇÃO NO BRASIL (I)

META

Explicar como ocorreu todo o processo evolutivo das experiências de regionalização em território brasileiro e suas respectivas consequências.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

comparar as diversas experiências com o que está estabelecido a nível local ou estadual.

PRÉ-REQUISITO

Os conteúdos das aulas anteriores, principalmente aqueles que se referem ao processo evolutivo do conceito de região.



Carl Friedrich Von Martius foi um médico, botânico, antropólogo e um dos principais pesquisadores alemães no Brasil. Foi considerado como marco histórico dos estudos regionais em nosso país.

(Fontes: <http://fr.academic.ru>)

INTRODUÇÃO

Até este momento, estamos tentando demonstrar que a região e a regionalização, em suas bases conceituais, têm fundamentos teóricos bem fincados na Ciência Geográfica e por isso passou por diversos momentos de experimentação em todas as partes do mundo, tanto na antiguidade como na atualidade. No Brasil, isso não foi diferente, pois muitas experiências foram feitas com base em métodos diversos, com uma carga política e ideológica bastante considerável. Porém, o que é mais importante é a base científica que norteou e ainda norteia os conceitos em pauta.

Recordando o que estudamos nas três primeiras aulas deste livro, podemos dizer que principalmente as primeiras noções geográficas a respeito do conceito de região procedem da permanente discussão da noção de determinismo que preocupou de modo contínuo os geógrafos durante o início do século XX. Entretanto, a questão central era procurar subsídios para explicar de que modo as unidades históricas (províncias, Estados) e, mais tarde, as regiões industriais, agrícolas ou de mercado poderiam ser prefiguradas pela Geografia Física. No determinismo ambiental, um dos conceitos dominantes foi o de região natural, que passou a direcionar os estudos regionais da época.

De acordo com Corrêa (1986: 23), a região natural é “...entendida como uma parte da superfície terrestre, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciaram ainda mais cada uma destas partes... Uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes.”

Entretanto, quanto à relação região natural e região geográfica (humana ou cultural), George (1968: 6) esclarece que essa é mais complexa, pois “Em todo país onde a ação humana é pouco marcada e onde as condições naturais são mais suportadas que dominadas, a região natural é a unidade geográfica por excelência. Ela é definida e, tanto quanto possível, delimitada pelo fator natural principal que dá à região sua personalidade: geomorfológica, clima, solo, vegetação”.

Neste sentido, o caráter natural está intimamente relacionado com o humano. Todavia, na medida em que todo o território não é efetiva e profundamente humanizado, as regiões humanas podem constituir “ilhas” no meio de regiões naturais mais vastas ou abranger frações de regiões naturais diferentes, é o que afirma Bezzi (2004: 77).

Conforme estudamos nas primeiras aulas, embora o método regional tenha merecido atenção de estudiosos em épocas anteriores, como Var-

enius (século XVII), com Kant & Ritter (século XVIII e primeira metade do século XIX), foi somente no século XX, com Hartshorne, que ele foi aprofundado. Esse método traz, assim, novas diretrizes para a Geografia: a primeira, ligada à preocupação em fornecer uma Geografia Regional que gere conhecimento sintético sobre as diferentes áreas da superfície da Terra; a segunda tem a função de garantir à Geografia o “status” de ciência, o que é fornecido não pelo seu objeto, mas por seu método próprio de análise.

No método regional, o conceito de região é enriquecido, uma vez que, para sua determinação, são valorizados todos os aspectos físicos e humanos que nele interagem. Dessa forma, o método regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais é a particularidade que identifica a Geografia e a diferencia das demais ciências.

A Escola Francesa de Geografia foi predominante na disseminação das ideias que permearam e perpassaram a academia brasileira e os propósitos da ação política das regiões e das regionalizações do Estado Brasileiro. Essas influências foram mais fortes nas décadas de 1930 e 1940, quando para cá vieram diversos professores e pesquisadores franceses a fim de ajudar a estruturar a base universitária da Geografia Brasileira, o que influenciou também o estabelecimento das bases regionais do país.

Nesta aula, estudaremos de forma cronológica a historiografia dessas diversas regionalizações feitas para o território brasileiro.

DIVISÕES REGIONAL DO BRASIL (I)

1. AS DIVISÕES REGIONAIS DO BRASIL DE 1843 a 1941, COMO EXEMPLO DE REGIÃO NATURAL E REGIÃO HUMANA/ GEOGRÁFICA

Depois de estudarmos todas as características e condições que embasam o conceito de região, fica comprovado que esse conceito é um objeto cientificamente construído. Como tal conceito pode apresentar diferentes significados e naturezas, em face dos distintos referenciais teórico-metodológicos utilizados, será necessário interpretá-los em função das condições históricas em que foram elaborados.

Faremos um estudo da variedade de divisões regionais propostas para o Brasil por diversos autores, ou adotadas pelas diversas instituições oficiais no período de 1843 a 1941. Em alguns momentos e em algumas divisões, seus autores demonstram tanto a falta de critérios como de rigor científico para a construção do conceito de região.

1.1 – DIVISÃO REGIONAL DE CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS – 1843

Foi considerada como marco histórico dos estudos regionais em nosso país. Embora não seja uma divisão de caráter geográfico propriamente dito, ela aconselhava que o estudo da História do Brasil não fosse feito por províncias isoladamente, mas por grupos regionais.

Apesar de o critério utilizado por este autor ter-se apoiado em aspectos históricos, sua divisão regional apresentava argumentos de ordem geográfica, pois ele afirmava que “deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencessem umas às outras” (GUIMARÃES, 1941). Seus estudos contribuíram muito para o ensino da Geografia, pois em 1913, o professor Delgado de Carvalho utilizou-se de sua divisão regional para elaborar a divisão do Brasil pelas regiões naturais.

1.2 – DIVISÃO REGIONAL DE ANDRÉ REBOUÇAS – 1889

Este autor realizou a divisão do Brasil em zonas agrícolas para demonstrar o contexto do Brasil na época, ou seja, uma “colônia” agrícola. Ele não fez uma divisão em regiões naturais, mas em regiões humanas, enfocando uma divisão prática em que os Estados eram considerados na sua íntegra. Para estabelecer os aspectos econômicos, necessitou de amplo estudo geográfico de cada uma das zonas. Já se aprofundavam os aspectos geográficos nas classificações regionais. Eis as bases regionais deste autor:

- a) Zona Amazônica (PA e AM);
- b) Zona do Parnaíba (MA e PI);
- c) Zona do Ceará (CE);
- d) Zona do Paraíba do Norte (RN, PB, PE e AL);
- e) Zona do São Francisco (SE e BA);
- f) Zona do Paraíba do Sul (ES, RJ e SP);
- g) Zona do Paraná (PR e SC);
- h) Zona do Uruguai (RS);
- i) Zona Auro-Ferífera (MG);
- j) Zona Central (GO e MT).

A grande crítica a essa divisão regional, segundo Guimarães (1941), é o número excessivo de regiões. Além disso, convém chamar a atenção para o fato de que o Ceará aparece como uma região destacada do Nordeste, enquanto Minas Gerais e o Rio Grande do Sul constituem, cada um, uma única região.

1.3 – DIVISÃO REGIONAL DE ELISÉE RECLUS – 1893

A referida divisão representou um passo bastante significativo na direção da consolidação das regiões naturais. Devemos atentar para o fato de as regiões naturais não coincidirem com os limites dos Estados. Mas, para fins didáticos, os Estados eram considerados por inteiro para definir as regiões, ressaltando-se, porém, em muitas explicações, que alguns trechos seriam mais característicos da região vizinha. Foram estabelecidas oito regiões, a saber:

- a) Amazônia (AM e PA);
- b) Vertente do Tocantins (GO);
- c) Costa Equatorial (Estados nordestinos do MA e AL);
- d) Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos (SE, BA, ES e MG);
- e) Bacia do Paraíba (RJ e DF);
- f) Vertente do Paraná e Contravertente Oceânica (SP, PR e SC);
- g) Vertente do Uruguai e Litoral Adjacente (RS);
- h) Mato Grosso.

A crítica que é feita a esta divisão é o número excessivo de regiões e também o apego muito forte ao critério das bacias fluviais e das regiões naturais.

1.4 – DIVISÃO REGIONAL DE SAID ALI – 1905

Esta divisão apresenta um número menor de regiões e foi realizada para atender às finalidades econômicas dos Estados entre si e conciliar, tanto quanto possível, as regiões geográficas. Foram cinco as regiões determinadas:

- a) Brasil Setentrional ou Amazônico (AC, AM e PA);
- b) Brasil Norte-Oriental (Estados litorâneos desde o MA até AL);
- c) Brasil Oriental (SE, BA, ES, RJ, DF, MG e SP);
- d) Brasil Meridional (PR, SC e RS);
- e) Brasil Central ou Ocidental (GO e MT).

É um agrupamento em menor número, mas com extensões mais vastas. Foram muito mais destacadas as afinidades econômicas, o que explica a reunião de SP e MG na mesma região.

1.5 – DIVISÃO REGIONAL DE DELGADO DE CARVALHO – 1913

Este estudioso marcou uma nova etapa na evolução do ensino da Geo-

grafia no Brasil com sua obra “Geografia do Brasil”. Em vez do estudo feito até então pelas unidades políticas isoladas, eram estas agrupadas e, dentro de cada quadro regional, tanto a Geografia Física quanto a Geografia Humana passavam a ser estudadas. Ele aceitou, em parte, a divisão de Said Ali e deu-lhe a seguinte distribuição:

- a) Brasil Setentrional ou Amazônico (AC, AM e PA);
- b) Brasil Norte-Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL);
- c) Brasil Oriental (SE, BA, ES, RJ, DF e MG);
- d) Brasil Meridional (SP, PR, SC e RS);
- e) Brasil Central ou Ocidental (GO e MT).

Essa divisão representa o resultado de uma evolução das regionalizações de André Rebouças, Elisée Réclus e principalmente Said Ali. Esse estudo das regiões brasileiras, decomposto em três grandes partes (aspectos naturais, aspectos humanos e aspectos econômicos), que constava de todos os livros didáticos sobre as regiões brasileiras, refletia, na realidade, outro dualismo que caracterizou essa etapa: o dualismo Geografia Geral e Geografia Regional.

1.6 – DIVISÃO REGIONAL DE Pe. GERALDO PAUWELS – 1926

Este autor estabeleceu sua divisão em regiões naturais, no sentido rigoroso do termo, baseado na Geografia Física e, por conseguinte, desprezando as divisas das unidades políticas. Dividiu o território brasileiro em seis regiões:

- a) Amazônia;
- b) Região das Caatingas;
- c) Planalto Meridional;
- d) Litoral;
- e) Região Uruguaio-Brasileira;
- f) Planície do Alto Paraguai ou Grão-Chaco Brasileiro.

Como é possível perceber, a vegetação foi o elemento mais importante em sua divisão, enquanto os demais fatores tinham apenas caráter secundário (orográfico, geológico e climático).

1.7 – DIVISÃO REGIONAL DE PIERRE DENIS – 1927

Em sua obra “Amérique du Sud”, este autor dividiu o país em seis regiões e de forma muito semelhante à de Delgado de Carvalho:

- a) Amazônia (AC, AM e PA);
- b) Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL);
- c) Planalto Oriental (MG e a maior parte da BA);
- d) Planalto Meridional (SP, PR, SC e RS);
- e) Planalto Central (GO e MT);
- f) Costa Atlântica (RJ, DF, ES e o sul da BA).

Para todo o Brasil, a divisão tem um caráter prático, não retalha nenhuma unidade política, excetuando-se o Estado da Bahia, onde o referido autor se preocupou em aproximar-se rigorosamente das regiões naturais, desmembrando este Estado em três partes.

1.8 – DIVISÃO REGIONAL DE BETIM PAES LEME – 1937

Nesta divisão, o país se estruturou em sete regiões caracterizadas pelas estruturas geológicas predominantes. Não era, portanto, uma divisão em regiões naturais propriamente, mas sim em zonas estruturais. Sete regiões foram determinadas:

- a) Zona de Sedimentação (AC, AM e PA);
- b) Zona Intermediária (MA e PI);
- c) Zona Estabilizada por peneplanização (CE, RN, PB, PE e AL);
- d) Zona Intermediária (SE e BA);
- e) Zona de Reajustamento Isostático atual (serras cristalinas) - (MG, ES, RJ e DF);
- f) Zona Estabilizada (grandes derrames de rochas eruptivas) - (SP, PR, SC e RS);
- g) Zona de Erosão (Planalto Central) – (GO e MT).

1.9 – DIVISÃO REGIONAL DE MOACIR SILVA – 1939

Este autor baseou-se em Delgado de Carvalho para fazer sua divisão. Sugeriu que fossem incluídas as zonas de transição. Assim, admitiu que se destacassem da classificação geral MA e PI; SE e BA e, isoladamente, SP. Essas três partes, destacadas como zonas de transição, são justamente as que mais têm variado de posição quanto às “grandes regiões” a que devam pertencer. Isso ocorre, sobretudo, porque nessas partes harmonizam-se os aspectos de regiões naturais com os de regiões humanas. Ele dividiu o país em oito regiões:

- a) Brasil Setentrional ou Amazônico (AC, AM e PA);
- b) Zona de Transição (MA e PI);
- c) Brasil Norte-Oriental (CE, RN, PB, PE e AL);

- d) Zona de Transição (SE e BA);
- e) Brasil Oriental (ES, RJ, DF e MG);
- f) Zona de Transição (SP);
- g) Brasil Meridional (PR, SC e RS);
- h) Brasil Central (GO e MT).

A desvantagem dessa classificação foi o número elevado de regiões apresentadas.

Muitas outras divisões regionais foram apresentadas, entre elas a de Honório Silvestre (1922); a de Roy Nash (1926); a de Alberto Rangel; a de Silvio Romero (dividiu o país em treze regiões e estudou as condições econômicas e sociais dominantes, uma divisão em zonas socioeconômicas) e a de Lionel Wiener.

Merecem também destaque as seguintes divisões:

D) DIVISÃO REGIONAL SEGUNDO O CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – 1938

Fixando normas especiais para elaboração do Anuário Estatístico Brasileiro, o Conselho Nacional de Estatística (CNE) estabeleceu, em 1938, o modo pelo qual deveria ser feita a regionalização, adotando, para esse fim, a divisão em uso no Ministério da Agricultura. O que permitiu estabelecer as seguintes regiões:

- a) Norte (AC, AM, PA, MA e PI);
- b) Nordeste (CE, RN, PB, PE e AL);
- c) Este (SE, BA e ES);
- d) Sul (RJ, DF, SP, PR, SC e RS);
- e) Centro-Oeste (MG, GO e MT).

São desconhecidas as razões em que o Ministério da Agricultura se baseou, na época, para o estabelecimento de tal divisão, que não encontra base suficiente, quer na Geografia Física, quer na Geografia Humana. Parece-nos ter dominado o critério da posição geográfica.

I) DIVISÃO REGIONAL SEGUNDO O CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA e FINANÇAS – 1939;

Em 1939, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) realizou a divisão do país em zonas geoeconômicas. Como indica o nome, não se trata de regiões naturais, mas sim, de uma divisão baseada nos fatos econômicos de forma predominante. Foram cinco as regiões criadas:

- a) Norte (AC, AM, MA, e PI);
- b) Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA);

- c) Sudeste (ES, RJ, DF, MG e SP);
- d) Sul (PR, SC e RS);
- e) Centro-Oeste (GO e MT).

Como você pode perceber, as zonas geoeconômicas não correspondem às regiões naturais. A Geografia Física não autoriza, por exemplo, a reunião de São Paulo a Minas Gerais, colocando o primeiro na Região Meridional; não autoriza também a ruptura da unidade Minas Gerais e Bahia.

II) DIVISÃO REGIONAL SEGUNDO O CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA – 1941:

O Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1941, firmou a primeira divisão regional do país para fins práticos. Foi esta divisão que serviu de base para a subdivisão em unidades de escalas distintas, que seria oficializada pela Assembleia Geral deste órgão em 1945, quando foram estabelecidas as cinco grandes regiões, 30 regiões, 79 sub-regiões e 28 zonas fisiográficas.

Segundo estudiosos da questão regional, essa regionalização representou o primeiro esforço organizado da sistematização de uma divisão regional do Brasil e teve como premissas básicas:

- a) A de que havia uma consciência de diferenciações regionais no país (...) para que fossem feitos estudos dos problemas brasileiros por região e para que se divulgassem estatísticas, segundo estas mesmas unidades regionais;
- b) A de que uma divisão regional deveria ser estável e permanente (...), pois permitiria a comparabilidade dos dados estatísticos em diferentes épocas;
- c) A de que devendo ser estável, o melhor critério a adotar seria o das regiões naturais, cuja evolução não sofreu alterações bruscas e forneceu base conveniente para comparação no tempo;
- d) E a de que, como o sistema em que se apoiaram as Divisões Regionais daquela época era o baseado no princípio da divisão, ela deveria partir de um todo – o Brasil – subdividindo-o, sucessivamente, em unidades menores que iam desde as Grandes Regiões (unidades maiores e mais significativas), através das Regiões e Sub-regiões (unidades intermediárias), até as zonas fisiográficas (unidades menores), estas definidas por características socio-econômicas, porém circunscritas à área da unidade imediatamente superior, definida pelas condições naturais.

Esta divisão seguiu o conceito básico da análise das influências mútuas dos diferentes fatores físicos, principalmente o clima, a vegetação e o relevo (regiões naturais).

Dadas as dificuldades para aquisição de informações na época e a não-coincidência perfeita entre os diferentes fatores físicos, usou-se para caracterizar a região natural a noção do fator dominante, a chamada nota característica da região. Um exemplo disso é o da Região Norte, definida

pelo fator dominante – a floresta; porém, nela, o que diferenciou as unidades menores foi ora o relevo, distinguindo as várzeas e os platôs, ora a pluviosidade, distinguindo as áreas de chuvas daquelas onde existia uma estação seca ou outro elemento do quadro natural.

Este processo de divisão continha em sua estrutura uma contradição com o princípio de lógica, segundo o qual uma divisão deveria seguir o mesmo critério em todos os níveis, apenas com diferentes graus de generalização. Por outro lado, uma divisão regional estruturada em função de regiões naturais, pelo fato de ser mais estável e, portanto, por melhor satisfazer a comparação dos dados estatísticos em diferentes épocas, parte de um pressuposto pouco científico: o de que a homogeneidade dos espaços físicos seja significativa para o propósito de análise dos aspectos humanos e econômicos da área considerada.

Sendo assim, e considerando todas estas contradições, foram criadas cinco grandes regiões brasileiras que passaram a vigorar oficialmente a partir de 1945:

- 1) Região NORTE (AM, PA e o território do AC);
- 2) Região NORDESTE (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL);
- 3) Região LESTE (SE, BA, MG, ES, RJ e DF);
- 4) Região SUL (SP, PR, SC e RS);
- 5) Região CENTRO-OESTE (MT e GO).

Você deve observar o período histórico em que cada divisão regional foi criada ou oficializada e então irá entender que alguns Estados que compõem o Brasil na atualidade não existiam (alguns novos surgiram e outros encolheram em tamanho e/ou extensão).

CONCLUSÃO

Após analisarmos as principais divisões regionais do Brasil até 1941, no transcorrer desta aula, é fundamental destacarmos alguns pontos que merecem maior reflexão:

- Primeiramente, percebe-se certa confusão no estabelecimento dos conceitos de regiões naturais e regiões humanas, ficando nítido em algumas divisões regionais que a classificação adotada é efetuada pelas regiões naturais, delimitadas pelos critérios físicos, como por exemplo, o das bacias hidrográficas, que orienta a proposta de Elisée Réclus e de outros que usaram critérios similares.
- A falta de rigor nas classificações regionais iniciais pode ser detectada na divisão regional de André Rebouças, em que a classificação é realizada por meio das regiões humanas, usando como critério as zonas agrícolas.

No entanto, a denominação da divisão regional é dada por fatores naturais (as regiões têm o nome dos rios que as cortam ou de ocorrências minerais nelas presentes): Zona Amazônica ou Zona Auro-Ferífera, por exemplo.

- Outra constatação a ser destacada é a importância da divisão regional de Delgado de Carvalho para os estudos geográficos. Segundo esse autor, o “natural” servia para explicar o “humano”. Sendo assim, as regiões naturais não deviam se restringir só aos fatos da natureza, mas considerar também as tradições históricas, os hábitos de vida, os fatores econômicos, entre outros. Essa divisão regional marcou profundamente o ensino da Geografia Brasileira, pois durante um longo período de tempo as regiões brasileiras eram estudadas com fundamento em três itens básicos: os aspectos naturais, os aspectos humanos e os aspectos econômicos.

- Vale a pena destacar o fato de ter predominado, por longo período de tempo, o critério de região natural para as divisões regionais estabelecidas para o território brasileiro, isso porque, segundo muitos estudiosos da época, a região natural tinha limites estáveis, o que seria bastante vantajoso para fins estatísticos e especialmente para o estabelecimento de uma divisão permanente, que permitiria a comparação dos dados em diferentes épocas. Não podemos cair na ingenuidade de deixar de considerar os princípios norteadores das ciências nesse período histórico, inclusive da Ciência Geográfica. O primor pelos dados estatísticos, mas também os princípios norteadores do determinismo ambiental, conforme vimos nas duas primeiras aulas deste livro.

- Na contemporaneidade, com a expansão do capitalismo no Brasil, foi ficando nítida a crescente integração da economia e do território nacional, bem como a consequente dissolução das economias regionais, ou seja, das regiões econômico-sociais vinculadas ao período primário-exportador da economia brasileira, dominante até fins do século XIX.

- Com o a expansão do capitalismo no Brasil, ocorreu o centralismo político-administrativo, que se processou no âmbito do Governo Federal, no crescente papel do Estado na dinâmica da economia e no consequente enfraquecimento dos poderes locais e/ou regionais representados pela política dos governadores ou das oligarquias regionais.



RESUMO

Entre as muitas divisões regionais do Brasil propostas até 1941, destaca-se a divisão regional de Delgado de Carvalho, baseada nas regiões naturais, a qual enfatizou, sobretudo, os fatos ligados à Geografia Física e foi adotada nos programas de ensino secundário da Geografia. Enfatiza-se também a divisão regional feita pelo Conselho Nacional de Geografia em 1941 e adotada posteriormente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual foi definida como divisão regional do território brasileiro, a única oficialmente adotada pelo Governo Central para ser utilizada pelos diferentes setores da gestão pública. Nela, foram definidas as cinco “GRANDES REGIÕES” brasileiras; foi substituída posteriormente pela divisão de 1968, proposta por aquele mesmo órgão.



ATIVIDADES

- A partir da consciência regional adquirida até agora, siga esta orientação:
- Procure se informar sobre as atividades econômicas e a população do município onde você vive ou nasceu. Tente descobrir quais são as relações que esse município estabelece com outras regiões:
 - O que seu município compra de outro município ou região?
 - O que ele vende para outro município ou região?
 - Em seu município existem muitas pessoas que vieram de outros municípios ou de outras regiões? De onde vieram? Quando? Por quê?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Caro(a) aluno(a), o estudo das regiões naturais predominantes na Geografia Tradicional deve ser dimensionado considerando a posição da Geografia entre as demais ciências. Ou seja, esta ciência ocupava uma posição confortável em seu universo intelectual devido ao estudo integrativo dos lugares. Caberia, então, aos geógrafos descobrir e selecionar fatos relacionados aos lugares, às áreas. Tais fatos ligavam-se principalmente a aspectos físicos, culturais, econômicos, populacionais, entre outros. Pela análise desses aspectos, buscar-se-ia a síntese corográfica regional, ou seja, a formação das regiões.

Entretanto, para muitos autores, a diversidade de estudos regionais teve como consequência a multiplicidade de conceitos de região. Esta multiplicidade conceitual foi responsável pela ausência de consenso sobre o que constitui uma região ou como se define uma região.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, daremos continuidade a este conteúdo tratando das experiências regionais no Brasil na contemporaneidade.

AUTOAVALIAÇÃO

Será que o que estudei até então está facilitando o meu processo de aprendizagem? Será que este conteúdo foi assimilado com sua respectiva complexidade? Estou conseguindo entender o que está posto nesta aula? Caso não esteja entendendo o conteúdo trabalhado, o que devo fazer, como proceder?



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**, 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 1989.
- BEZZI, Meri Lourdes. **REGIÃO; Uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional: Introdução à Economia do Espaço Geográfico**, 2ª Edição. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- GUIMARÃES, F. de M. S. **Divisão regional do Brasil**, in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Vol. 3, Número 2, p. 318-371, abril-junho, 1941.
- GUIMARÃES, L. e GALINDO, O., et alii. **O Desenvolvimento Desigual da Economia no Espaço Territorial Brasileiro: décadas de 1970 e 1980**. Rio de Janeiro: FUNDAI/INPSO (Relatório de Pesquisa), 1990.
- RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: teoria da localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (tradução de Fausto Guimarães Cupertino – IPE e USP).
- SILVEIRA, Ieda. **A Geografia da Gente**, Vol. 4. São Paulo: Ática, 2003.
- VESENTINI, J. William. **Geografia Geral e do Brasil**. 43ª. Edição. São Paulo: Ática, 2003.